



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 584/11

Ementa: Denomina de "Isidoro Koprowski", a PR – 670 da BR-270, até o perímetro urbano de Diamante do Sul.


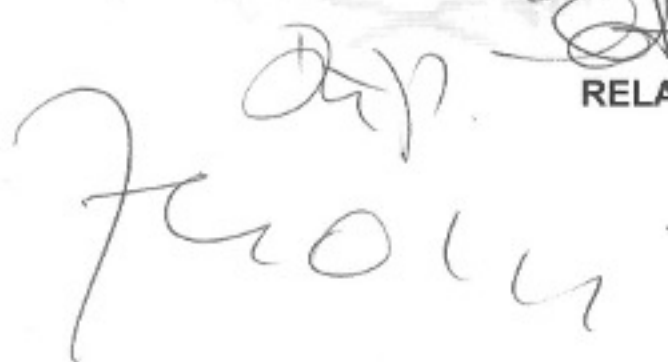
Art. 1º- Fica denominado de "Isidoro Koprowski", a PR – 670 da BR-277, até o perímetro urbano de Diamante do Sul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 074/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 FEV. 2011


1º Secretário

SÚMULA: Classifica a visão
monocular como deficiência
visual.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - Fica classificada como deficiência visual a visão monocular, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.


Deputado CAIO QUINTANA

JUSTIFICATIVA(fls. 02)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº <u>3959</u>
EM <u>24/02/11</u>
 FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA:

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é um preceito expresso na Carta Magna de 1988, bem como na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, texto que foi ratificado pelo Brasil e que goza de "status" constitucional, nos termos do § 3º, do art. 5º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº. 45/2004).

Assim, existe um arcabouço jurídico, o Decreto Federal nº. 3.298/1999, descrevendo os quadros de deficiências físicas, auditivas, visuais ou intelectuais. Entretanto, as pessoas com visão monocular – cegueira de um olho – não estão enquadradas expressamente em tal diploma, ficando à margem da proteção Estatal.

A visão monocular dificulta a compreensão das noções de profundidade e distância causando limitações físicas, psicológicas, psicosociais, educacionais e laborativas, além de discriminação social aos usuários de próteses oculares.

Ao se tratar das vedações no mercado de trabalho público e privado, tais cidadãos são proibidos de exercer inúmeras carreiras profissionais: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Judiciária do Senado Federal, Câmara Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, Segurança Judiciário de Tribunais e particulares, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, oftalmologista (além de outras profissões médico/científicas) em função do uso de aparelhos profissionais que exigem a visão binocular (nos dois olhos), motorista profissional nas categorias "C", "D" e "E" e profissões conexas (700% a mais de acidentes de trânsito, permitindo-se apenas a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) "A" e "B" – Resolução nº. 267/2008 – Anexo II - CONTRAN), vedação ao trabalho em plataformas petrolíferas, operador de guindaste e máquinas de grande porte, indústrias químicas, laboratórios, comissário de bordo, controlador de voo, etc.

Em face disso, o Poder Judiciário reconhece a inclusão da visão monocular enquanto deficiência visual com destaque ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº. 26071-DF que assegurou o direito a reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, na linha dos demais Tribunais Superiores e Estaduais. No Estado do Paraná, há inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça.

Na Constituição Federal, consagrou-se ser atribuição comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção e a garantia das pessoas com deficiência (art. 23, inciso II), bem como competência legislativa concorrente aos Estados e à União para a edição de normas sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência (art. 24, inciso XIV). O Estado do Espírito Santo (ES) já editou a Lei Estadual nº. 8.775/2007 visando a proteção de tais cidadãos, existindo projetos de lei idênticos no Amazonas, na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais, caracterizando a urgência do pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

O presente projeto de lei foi reivindicado pela Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular – ABDVM e visa promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Paraná.

Objetivando promover tratamento isonômico com os demais tipos de deficiências, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação dessa proposição, tão almejada pelos portadores de visão monocular.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI Nº 74/2011, DE INICIATIVA DO DEPUTADO CAÍTO QUINTANA – CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA VISUAL.

PARECER DO RELATOR DEPUTADO TADEU VENERI:

Súmula: Classifica a visão monocular como deficiência.

EMENTA: VISÃO MONOCULAR. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

Síntese:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por intuito qualificar o portador de visão monocular como portador de deficiência visual, para todos os fins legais, como forma de suprir lacuna deixada pelo Decreto Federal nº. 3298/1998¹ e efetivar o compromisso constitucional e internacional assumido pelo Brasil em garantir dos direitos da pessoa portadora de deficiência visual.

¹ Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: (...) III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; [Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004].



Fundamentação:

O artigo 24, XII, da Constituição da República Federativa do Brasil define que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrentemente para legislar sobre a proteção e defesa da saúde.

Para tratar de iniciativas para proteção e amparo de pessoas portadoras de deficiência, igualmente o artigo 23, II, da Constituição Federal define que todas as unidades da federação têm competência comum, ou seja, todas podem complementarmente executar serviços e políticas públicas para assistência aos portadores e portadoras.

A Constituição Estadual no seu artigo 53, XVI, autoriza a Assembleia Legislativa tratar de matérias de competência comum dos entes federados, nestes termos:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

A Assessoria Técnica da CCJ manifestou-se pela constitucionalidade e pela aprovação do projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

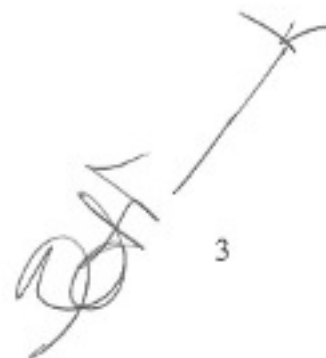
Diante da adequação às normas legais e constitucionais, e ainda diante da relevância social que a classificação atingirá quando for transformada em dispositivo legal, voto pela aprovação do Projeto de Lei por esta Comissão de Constituição e Justiça e seguimento do devido processo legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.


Deputado Estadual Tadeu Veneri





3



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 074/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual.


A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Estado do Paraná.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


DR. BATISTA
Presidente


Adelino Ribeiro
Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAD

10/05/11

fs

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 74/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º, do Regimento Interno, passando o Projeto de Lei acima mencionado a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica classificada como deficiência visual a visão monocular abaixo de 50%, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º - (...)

Sala das Sessões, 10 de maio de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 074/11

Projeto de Lei nº 074/11

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 074/11.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 074/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tinha como objetivo classificar a visão monocular como deficiência visual, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grito nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

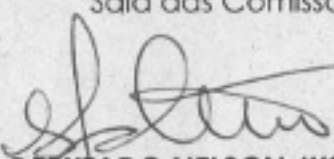
Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

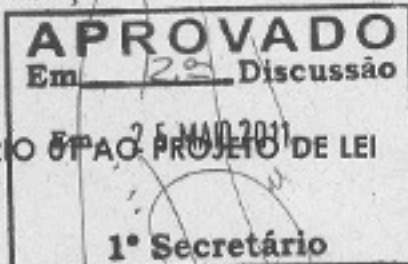
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBEMENDA A EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO 01 AO PROJETO DE LEI Nº 074/2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Modificativa de Plenário 01 de autoria do Deputado Fernando Scanavacca que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O artigo 1º do Projeto de Lei 074/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica classificada como deficiência visual a visão monocular abaixo de 50% (cinquenta por cento), no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais."

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

**PARECER À SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 074/11**

O projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual.

A proposição, após receber parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu emenda modificativa de plenário, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Obedecendo ao Regimento Interno da Casa, o projeto retornou a CCJ. Na comissão foi apresentada subemenda idêntica à emenda de plenário.

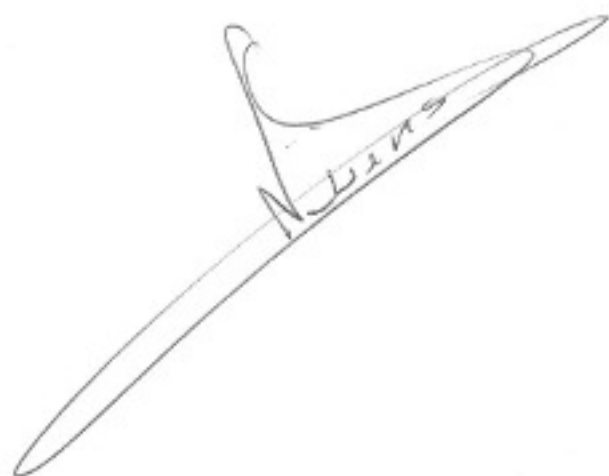
Chamada a apreciar a emenda, a Comissão de Saúde Pública que procura enquadrar no conceito de deficiência visual a visão monocular abaixo dos 50% (cinquenta por cento).

O Poder Judiciário reconhece a inclusão da visão monocular enquanto deficiência visual, como o Supremo Tribunal Federal ao julgar Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 26071-DF, assegurou o direito de reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, sem qualquer graduação de deficiência, esta linha de pensamento está amparada em diversas decisões dos demais Tribunais Superiores e Estaduais, inclusive o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Como bem justifica o autor da proposição, a Constituição Federal consagrou ser atribuição comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a proteção das pessoas com deficiência, bem como competência legislativa concorrente aos Estados e à União edição de normas sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A apresentação, do projeto de lei, deve-se a reivindicação da Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular - ABDVM e visa promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, o que é descaracterizado pela emenda apresentada, da qual somos **contrário** a mesma, opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Sessões, 31/08/11

A large, stylized handwritten signature in dark ink, slanted upwards from left to right. The signature appears to be 'DR. BATISTA'.

DR. BATISTA
PRESIDENTE

A handwritten signature in dark ink, slanted upwards from left to right. The signature appears to be 'RELATOR'.

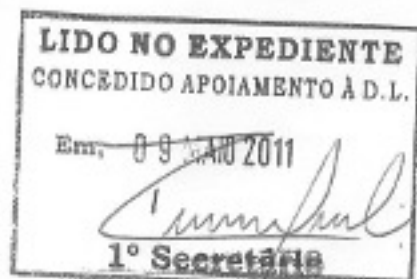
RELATOR

A handwritten signature in dark ink, slanted upwards from left to right. The signature appears to be 'JUNIOR'.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 386/11



Súmula: Institui no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "Projeto Vida por Vidas".

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial do Estado do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "**Projeto Vida por Vidas**".

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2.011.


Deputado PARANHOS

JUSTIFICATIVA

Dedicar no calendário oficial do estado do Paraná uma data comemorativa ao Projeto "**Vida por Vidas**" é um simples reconhecimento ao extraordinário trabalho desenvolvido de mobilização para doação de sangue que beneficia milhares de pessoas, tendo a frente à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Diante do exposto, esperamos o apoio e aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis, para a presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 386/11

Projeto de Lei nº 386/11

Autor: Deputado Estadual Paranhos

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Paraná, a ser Realizado Anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa, o Dia do "Projeto Vida Por Vidas".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA ESTADUAL DO PROJETO VIDA POR VIDAS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Projeto vida por Vidas", a ser comemorado anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislares concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

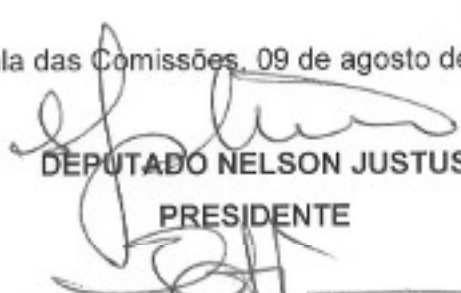
Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/11

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, que objetiva instituir no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira, anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "Projeto Vida por Vidas".

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente Projeto, nos aspectos de constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o Art. 33 do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 30 de Agosto de 2011.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado WALDYR PUGLIESI

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khuri

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, que objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Projeto vida por Vidas", a ser comemorado anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, da mesma forma manifestou-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, opinando pela normal tramitação do projeto.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo abrilhantar o excelente programa desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia de mobilização para a doação de sangue voluntária que beneficia milhares de pessoas.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 2011.

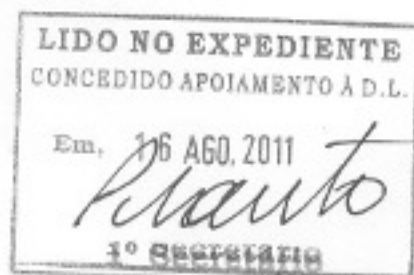

DR. BATISTA
Presidente


MARLA TURECK
Relatora





PROJETO DE LEI Nº 641/11



SÚMULA

Institui o mês "Outubro Rosa", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Art. 1º. Fica instituído no Estado do Paraná o mês "Outubro Rosa", dedicado à realização de ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Art. 2º. No mês "Outubro Rosa", o Poder Público, em cooperação com a iniciativa privada e com entidades civis, realizarão campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde da mulher, priorizando:

I – afecções ginecológicas mais comuns;

II – doenças sexualmente transmissíveis;

III – prevenção do câncer ginecológico - útero e mama;

IV – discussão para elaboração de políticas públicas para acompanhamento psicológico pré e pós traumas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

"O movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa é comemorado em todo o mundo. O nome remete à cor do laço rosa que simboliza, mundialmente, a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades. Este movimento começou nos Estados Unidos, onde vários estados tinham ações isoladas referente ao câncer de mama e ou mamografia no mês de outubro, posteriormente com a aprovação do Congresso Americano, o mês de Outubro se tornou o mês nacional de prevenção do câncer de mama".

-- outubrorosa.org.br

Sabendo da importância da prevenção à saúde da mulher, institui-se o mês denominado "Outubro Rosa" dedicado a prevenção não apenas ao câncer de mama, mas também das demais doenças que afetam exclusivamente o sexo feminino. Por isso, atitudes preventivas são fundamentais para evitar o desenvolvimento e o agravamento dessas enfermidades.

Estudos do Ministério da Saúde apontam que no Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Os programas materno-infantis, elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, traduziam uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares.

A manutenção da boa saúde da mulher exige uma série de cuidados e atitudes preventivas. Cada mulher tem uma história e uma bagagem hereditária que devem ser analisadas cuidadosamente com a supervisão de um médico, para garantir uma vida saudável e sem surpresas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 641/11

Projeto de Lei nº. 641/11

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o Mês "Outubro Rosa", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DO MÊS "OUTUBRO ROSA", DEDICADO A AÇÕES PREVENTIVAS À INTEGRIDADE DA SAÚDE DA MULHER. MANIFESTAÇÃO CULTURAL POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva instituir o Mês "Outubro Rosa", a fim de que sejam realizadas ações de prevenção não apenas ao câncer de mama, mas também das demais doenças que afetam exclusivamente o sexo feminino.

O movimento popular "Outubro Rosa" é conhecido internacionalmente, o nome remete a cor do laço rosa que simboliza a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo
nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

Cumpe também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde; (Grifo nosso).

Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um mês para a conscientização da mulher e de toda uma sociedade sobre a importância da prevenção à saúde da mulher.

Em sede de informação, existe a Lei 16.207 de 10/08/2009, a qual instituiu no calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, que é realizada anualmente na terceira semana de outubro.

Diante disso, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sela das Comissões, 20 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



GABINETE DO DEPUTADO TERUO KATO

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Projeto de Lei Nº 641/11

Assunto: Institui o mês "Outubro Rosa", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Autora: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

Parecer

O Projeto de Lei Nº 641/11, em referência, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, através de seu artigo 1º, objetiva "instituir no Estado do Paraná, o mês "Outubro Rosa, dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher".


Historicamente, a atenção à saúde no Brasil tem investido na formulação, implementação e concretização de políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde. Há, pois, um grande esforço na construção de um modelo de atenção à saúde que priorize ações de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e coletivos.

Analisando o projeto em questão, vemos que o mesmo ratifica o compromisso que a saúde pública possui em relação à atenção à saúde da mulher. A ampliação e a qualificação das ações de prevenção e promoção da saúde só trarão benefícios à população feminina. Esta Lei será um incentivo a mais para o desenvolvimento de ações e serviços que visam o atendimento à saúde da mulher paranaense.


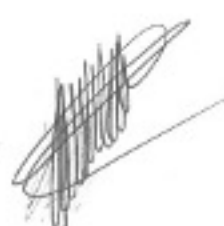

Assim, por estar em consonância com a Constituição Federal e Estadual com a Lei Complementar Nº 95/98 e ainda, por entendermos que tal projeto de Lei atenderá aos anseios da população, concluímos pela aprovação do Projeto Nº 641/11, ampliando dessa forma as ações de prevenção e promoção a saúde da mulher.

É como opinamos

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Deputado Teruo Kato

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 025/11

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de agosto de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 19 de setembro de 2011.


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 024/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 024/2011, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados previstas na Resolução 003/2004 com as modificações contidas na Resolução 003/2009, referentes ao mês de agosto de 2011.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição 024/2011, entendo que a mesma encontra-se de acordo com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo Parecer – Favorável – Aprovado.

Pelo acima exposto, esta Relatoria decide, pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 19 de setembro de 2011

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator